

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

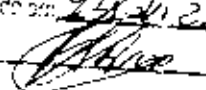
Processo n.º 040/2022

Autor: Chefe do Executivo

Relator: Klaus Araújo

PARECER

Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – CLJRF, sobre o Processo n.º 040/2022 que dispõe sobre o “*VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 134/2015, de autoria do Vereador Cabo Jeoás, que “Autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola ‘conhecer para prevenir’, em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências”*”, [...], conforme mensagem n.º 051/2022.

COPIA DELEGIADA
Prestada em 25/01/22


RELATÓRIO

Trata-se de Veto Integral ao Projeto de Lei n.º 134/2015, de autoria do Vereador Cabo Jeoás que “*autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola ‘conhecer para prevenir’, em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências*”, [...], conforme mensagem n.º 051/2022.

Em sua análise, o Chefe do Executivo veta integralmente o Projeto em epígrafe por entender que trata-se de matéria de competência legislativa exclusiva do Poder Executivo, com base no Art. 55, inciso VI, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município.

Aduz ainda que o Projeto de Lei fere a separação de Poderes, prevista pelo Art. 60, §4º, inciso III, da Constituição Federal e cita jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no sentido da inconstitucionalidade de Projeto de Lei ou

2

3

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Emenda que enseje em aumento de despesa para o Executivo, sem a devida autorização constitucional, conforme preleciona o **Art. 166, §3º, da CF/88**, embasando-se também no fundamento de que não foi observada a existência de dotação orçamentária para realização do feito, com a devida indicação da fonte de custeio que irá suportar a despesa, entrando em acordo com a **EC 95/2016**, a **PEC do teto de gastos**.

Ao receber os autos, o Departamento Legislativo certificou a tempestividade da apresentação do veto.

É o breve relato.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Compulsando os autos, observamos que o **Projeto de Lei nº 134/2015**, que "*autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola 'conhecer para prevenir', em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências*", encontra-se **evado de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade**, pelos motivos que expomos adiante.

O veto do Excelentíssimo Prefeito, **como vimos, se deu pelo fato** de tratar-se de matéria de competência legislativa exclusiva do Poder Executivo, com base no **Art. 55, inciso VI, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município**, qual seja legislar sobre organização e funcionamento de órgão da administração municipal, planejar e promover execução do serviço público municipal.

Mas, além da questão da competência, existe ainda o fato de que o projeto de lei impactará negativamente nesta municipalidade, por ausência de dotação orçamentaria, uma vez que não observou a lei de Responsabilidade Fiscal, e que no âmbito do Município já existe programas de conscientização, prevenção e enfrentamento em situações de emergência que envolve a Defesa Civil nas escolas.



CMN - PROCESSO

Número: 40/2022

Folhas: 322

Câmara Municipal de Natal

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Por fim, denota-se também que tal matéria é inconstitucional, por afrontar o disposto na Constituição Federal.

Assim, podemos verificar que, de fato, o Veto do Chefe do Executivo tem embasamento na nossa Carta Magna e na Lei Orgânica do Município e merece prosperar.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, opino pela **MANUTENÇÃO DO VETO**, sem que este Parecer vincule à sua aprovação.

Natal, 13 de maio de 2022.

Klaus Araújo
Vereador-SD

1

2

3